



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL
GABINETE DA DEPUTADA TALÍRIA PETRONE

REQUERIMENTO N.º , DE 2026

(Dep. Talíria Petrone)

Requer a realização de seminário para debater os 5 anos da Lei nº 14.192/2021 e a efetividade das normas de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

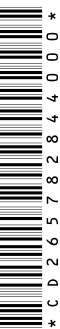
Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, XIII, combinado com o art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de seminário com o objetivo de debater o tema “5 anos da Lei nº 14.192/2021: Avanços, Desafios e Caminhos para o Enfrentamento da Violência Política contra a Mulher”, com a participação de especialistas, representantes do sistema de justiça, movimentos sociais, pesquisadoras, parlamentares, entidades da sociedade civil e órgãos públicos.

Sugerimos como convidados para compor o debate:



- Representante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Representante do Ministério das Mulheres;
- Representante do Conselho Nacional de Justiça;
- Representante do Instituto Marielle Franco;
- Representante da Justiça Global;
- Representante da Transparência Eleitoral Brasil;
- Representante do MEL - Mulheres em luta;



JUSTIFICATIVA

A promulgação da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, representou um marco histórico no ordenamento jurídico brasileiro ao reconhecer e tipificar a violência política contra a mulher como prática que ameaça não apenas indivíduos, mas a própria democracia.

Passados cinco anos de sua vigência, impõe-se ao Parlamento o dever de avaliar sua efetividade, identificar avanços alcançados, lacunas persistentes e desafios na aplicação da norma, especialmente diante da proximidade de novo ciclo eleitoral e do contexto de intensificação da violência política, inclusive no ambiente digital.

A violência política de gênero manifesta-se por meio de ataques misóginos, racistas, ameaças, perseguições, campanhas de desinformação e práticas institucionais de silenciamento que buscam afastar mulheres dos espaços de poder. Mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+ são desproporcionalmente atingidas, revelando a dimensão interseccional do problema.

Embora a Lei nº 14.192/2021 tenha estabelecido mecanismos importantes de responsabilização e prevenção, persistem desafios quanto à sua aplicação uniforme em todo o território nacional, à capacitação dos agentes públicos, à coleta de dados sistematizados e à proteção efetiva das mulheres que denunciam.

O seminário proposto visa promover um balanço crítico dos cinco anos da legislação, reunindo dados, experiências institucionais e relatos de mulheres que vivenciam a violência política na prática. Pretende-se, ainda, contribuir para a formulação de recomendações concretas que fortaleçam a implementação da lei, aprimorem os mecanismos de proteção e consolidem o compromisso do Parlamento com a democracia e com a igualdade de gênero.

A democracia brasileira somente será plena quando todas as mulheres puderem exercer seus direitos políticos sem medo, intimidação ou violência. Avaliar e fortalecer a Lei nº 14.192/2021 é, portanto, uma responsabilidade institucional desta Casa.



Diante da relevância do tema para o fortalecimento democrático e para a garantia dos direitos das mulheres, contamos com o apoio dos(as) nobres parlamentares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2026.

Deputada TALÍRIA PETRONE
PSOL/RJ

